



Processos de Comunicação - a Companhia acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a Companhia investe de forma consistente nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

Saúde e Segurança do Trabalho - a Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: (i) econômico; (ii) social e (iii) ambiental;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio sócio ambiental na operação das linhas de transmissão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2018 a Taesa e sua investida ATEll investiram R\$5.918 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e valorizam a cidadania:

Lei Rouanet e Audiovisual - "Plano Anual de Atividades e Manutenção 2018 - Instituto Inhotim"; "Grupo Corpo - Temporada Gira"; "13ª CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto"; "4ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura"; "Musical Dona Ivone Lara - Um sorriso negro"; e "Antropoceno, a era do homem".

Lei do Esporte - "Massificação Instituto Tênis 2018"; "Ano VII - Competições Equipe de Treinamento do Instituto Tênis"; e "Massificação Instituto Tênis 2019".

PRONON - "Aquisição de Equipamentos e Ampliação da Oferta de Diagnóstico em Oncologia" - "Cuidados Paliativos, Cuidado Humanizado".

PRONAS - "Inovação Tecnológica a Favor das Pessoas com Deficiência da APAE de Janaúba".

FIA - "Semeando o Futuro com Arte e Alegria" - "Projeto Trampolim".

Lei do Idoso - Fundo Estadual do Idoso MG.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$1.419 mil.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15) e a partir de 2019: CPC 06 (R2) (IFRS 16). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2018. A contratação da elaboração dos diagnósticos abrange todas as empresas do grupo (Taesa). O custo total foi de R\$ 214.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Balanco Social Anual - 2018 e 2017 - Informações Consolidadas															
1 - Base de Cálculo		2018		2017											
Receita líquida (RL)		1.635.238		1.077.059		%		de cargos de chefia ocupados por mulheres		19,00%	6,02%				
Resultado operacional (RO)		1.128.598		757.682		Nº		de negros(as) que trabalham na empresa		164	158				
Folha de pagamento bruta (FPB)		123.552		119.161		%		de cargos de chefia ocupados por negros(as)		19,00%	27,47%				
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		13	15				
Alimentação		4.899	3,97%	0,30%	4.530	3,80%	0,42%	6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2018	2017				
Encargos sociais compulsórios		23.345	18,89%	1,43%	23.745	19,93%	2,20%	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		7570%	7184%				
Previdência privada		2.047	1,66%	0,13%	1.941	1,63%	0,18%	Número total de acidentes de trabalho		2	5				
Saúde		8.570	6,94%	0,52%	7.731	6,49%	0,72%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Segurança e saúde no trabalho		289	0,23%	0,02%	363	0,30%	0,03%	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() todos (as) + Cipa
Educação		110	0,09%	0,01%	-	0,00%	0,00%	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.048	0,85%	0,06%	1.069	0,90%	0,10%	A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Creches ou auxílio-creche		114	0,09%	0,01%	-	0,00%	0,00%	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Participação nos lucros ou resultados		17.112	13,85%	1,05%	14.657	12,30%	1,36%	Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		(x) não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva
Outros		421	0,34%	0,03%	1.368	1,15%	0,13%	Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Total - Indicadores sociais internos		57.955	46,91%	3,54%	55.404	46,50%	5,14%	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2018: 1.790.727		Em 2017: 1.253.249			
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		18,96% governo		16,85% governo			
Cultura		2.861	0,25%	0,17%	2.331	0,31%	0,22%			47,92% acionistas		47,31 % acionistas			
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			11,91% retido		4,42% retido			
Esporte		715	0,06%	0,04%	580	0,08%	0,05%			15,31% terceiros		23,33% terceiros			
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			5,90% empregados		8,09% empregados			
Outros		2.342	0,21%	0,14%	1.679	0,22%	0,16%								
Total das contribuições para a sociedade		5.918	0,52%	0,36%	4.590	0,61%	0,43%								
Tributos (excluídos encargos sociais)		339.593	30,09%	20,78%	211.227	27,88%	19,61%								
Total - Indicadores sociais externos		345.511	30,61%	21,13%	215.817	28,48%	20,04%								
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL								
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		789	0,07%	0,05%	98	0,01%	0,01%								
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	432	0,06%	0,04%								
Total dos investimentos em meio ambiente		789	0,07%	0,05%	530	0,07%	0,05%								
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		(x) não possui metas		() não possui metas											
		() cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 51 a 75%											
		() cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 0 a 50%											
		() cumpre de 76 a 100%		(x) cumpre de 76 a 100%											
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2018		2017											
Nº de empregados(as) ao final do período		516		520											
Nº de admissões durante o período		67		22											
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		205		124											
Nº de estagiários(as)		33		17											
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		143		125											
Nº de mulheres que trabalham na empresa		94		83											

CDB e Opera

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Investimento em cotas de fundos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
"Pampulha" (a)	395.106	313.802	227.782	239.363
"Safrá" (b)	-	-	-	93.637
"Uberaba" (c)	-	111.165	-	95.362
"Alterosas" (d)	-	51.299	-	51.299
"Itaú Gold" (e)	429	-	429	-
"BTG Pactual Crédito Corporativo" (f)	180.635	-	180.635	-
"BTG Pactual CDB Plus" (g)	65.292	-	65.174	-
"AF Invest Geraes" (h)	157.142	-	157.142	-
Outros	4.339	4.132	4.339	4.133
	802.943	574.035	635.501	483.794
Ativo circulante	798.604	569.902	631.162	479.661
Ativo não circulante	4.339	4.133	4.339	4.133

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas. (b) Fundo Safrá Market Premium - fundo não exclusivo, sob sua própria administração e gestão, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (c) Fundo Uberaba Renda Fixa - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Itaú Unibanco S.A., que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (d) Fundo BB Alterosas - fundo não exclusivo, sob administração e gestão da BB DITVM, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (e) Fundo Itaú Gold Corporate Crédito Privado - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco Itaú, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (f) Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (g) Fundo BTG Pactual CDB Plus - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. (h) Fundo AF Invest Geraes - fundo não exclusivo, sob administração e gestão da AF Invest Administração de Recursos LTDA, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	102,65% do CDI	104,54% do CDI	102,65% do CDI	104,50% do CDI
Fundo Safrá Market Premium	-	102,30% do CDI	-	102,30% do CDI
FIC Uberaba Renda Fixa	-	102,41% do CDI	-	102,41% do CDI
Fundo BB Alterosas	-	98,33% do CDI	-	98,33% do CDI
Fundo Itaú Gold Corporate Crédito Privado	101,27% do CDI	-	101,27% do CDI	-
Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo	117,77% do CDI	-	117,77% do CDI	-
Fundo BTG Pactual CDB Plus	102,71% do CDI	-	102,71% do CDI	-
Fundo AF Invest Geraes	117,20% do CDI	-	117,20% do CDI	-

Taxa média de rentabilidade anual dos TVM	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundos, CDB e Compromissadas	104,41% do CDI	103,21% do CDI	104,73% do CDI	103,12% do CDI

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Composição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Concessionárias e permissionárias	181.188	196.222	165.997	182.428
Parcela variável (a)	(8.370)	(7.819)	(4.882)	(7.534)
	172.818	188.403	161.115	174.894
Circulante	159.200	174.785	148.314	162.093
Não circulante (b)	13.618	13.618	12.801	12.801

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2018 e 2017, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (b) Clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pela Taesa, na disponibilização de energia elétrica, e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2017	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2018
	(7.819)	(1.403)	852	(8.370)
Consolidado				
Controladora	(7.534)	3.799	(1.147)	(4.882)

(*) Líquido do valor desconto.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2018	31/12/2017
Consolidado	143.904	14.544	22.740	181.188	196.222
Controladora	131.380	13.415	21.202	165.997	182.428

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o adonacione centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

7. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4, com a entrada em vigor do CPC 47 (IFRS 15) a partir de 1º de janeiro de 2018, houve a baixa do Ativo financeiro de concessão e a constituição do Ativo de contrato de concessão.

Mutação do ativo financeiro de concessão					
Concessão	TRAF	31/12/2017	Adoção inicial do CPC 47	31/12/2018	
TSN	10%	610.385	(610.385)	-	-
Munirah	12%	76.498	(76.498)	-	-
Gtesa	11%	25.055	(25.055)	-	-
Patesa	8%	111.161	(111.161)	-	-
ETEO	10%	334.333	(334.333)	-	-
NVT	17%	1.102.211	(1.102.211)	-	-
NTE	15%	345.386	(345.386)	-	-
STE	10%	280.376	(280.376)	-	-
ATE	10%	630.247	(630.247)	-	-
ATE II	8%	948.085	(948.085)	-	-
Total Controladora		4.463.737	(4.463.737)		
Circulante		940.144			
Não circulante		3.523.593			
MAR	6%	73.494	(73.494)	-	-
ATE III	8%	601.220	(601.220)	-	-
SGT	10%	38.512	(38.512)	-	-
Miracema	14%	46.493	(46.493)	-	-
JAN	13%	11.025	(11.025)	-	-
Total Consolidado		5.234.481	(5.234.481)		
Circulante		1.028.109			
Não circulante		4.206.372			

Mutação do ativo financeiro de concessão							
Concessão	TRAF	31/12/2016	Adição (b)	Adiantamentos e (compensac��es) líquidos (a)	Remuneração	Correção monetária	Baixa
TSN	11%	793.169	23	-	78.473	(5.132)	(256.148)
Munirah	12%	89.650	-	-	9.858	(687)	(22.323)
Gtesa	11%	29.084	620	-	2.842	(223)	(7.268)
Patesa	8%	117.341	3.996	-	10.187	(559)	(19.804)
ETEO	10%	361.057	22	-	34.557	(2.860)	(58.443)
NVT	14%	1.348.886	1.707	123	165.467	(9.792)	(404.180)
NTE	15%	411.428	263	1.611	53.222	(3.122)	(118.016)
STE	10%	319.306	330	109	29.837	(2.479)	(66.727)
ATE	10%	696.069	93	63	61.114	(5.432)	(121.660)
ATE II	8%	1.042.225	254	1.500	81.706	(8.163)	(169.437)
Total Controladora		5.208.215	7.308	3.406	527.263	(38.449)	(1.244.006)
Circulante		1.208.860					940.144
Não circulante		3.999.355					3.523.593
MAR	6%	37.160	37.704	(4.164)	2.794	-	-
ATE III	7%	628.655	3.094	114	40.333	14.301	(85.277)
SGT	10%	37.781	-	-	3.592	996	(3.857)
Miracema	14%	5.519	36.524	2.328	2.122	-	46.493
JAN	13%	-	4.215	6.366	444	-	11.025
Total Consolidado		5.917.330	88.845	8.050	576.548	(23.152)	(1.333.140)
Circulante		1.294.066					1.028.109
Não circulante		4.623.264					4.206.372

(a) Adiantamentos a fornecedores referentes aos custos ainda não incorridos na construção e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data. Ao incorrer nos custos, os adiantamentos são compensados.

(b) As principais adições estão relacionadas aos reforços, às subestações e às linhas de transmissão em fase de construção:

As principais adições estão relacionadas aos reforços, às subestações e às linhas de transmissão em fase de construção:						
Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Novas Construções						
MAR LT Itabrito II Vespa-siano II	Implantação de nova linha de transmissão	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$14.678	R\$107.000	Dezembro de 2019	ADE da RFB n 394/2014
MIR Miracema - Lajeado C2Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$62.138	R\$275.483	Dezembro de 2019	ADE da RFB n 899/2014
JAN Pirapora 2 - Janaúba 3 Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$185.422	R\$959.604	Fevereiro de 2022	ADE da RFB n 119/2017
Reforços						
NVT SE Miracema, Gurupi e Serra da Mesa	Implantação Banco de Capacitor	REA n 6.306/2017 e REA n 6.369/2017	R\$35.355	R\$234.511	Agosto de 2019	ADE da RFB n 09/2017 - Gurupi e Miracema. ADE da RFB n 08/2017 - Gurupi e Serra da Mesa
NVT SE Gurupi	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$36 estimada	R\$257	Concluido em junho de 2018	Não há
NVT SE Miracema	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$40 estimada	R\$284	Concluido em junho de 2018	Não há
NVT Samambaa	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(*)	(*)	Março de 2019	Não há
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle (Malha Fechada e Malha Aberta) do Compensador Esttico	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle de Disparo e Monitoramento das válvulas de tiristores do Compensador Esttico	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Resfriamento do Compensador Esttico	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle	REA n 5.861/2016	(*)	(*)	Junho de 2019	Não há
TSN SE Rio das guas	Instalação de Reator de Barra	REA n 6.603/2017	(*)	(*)	Abril de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB n 04/2018
STE SE Santa Rosa	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$49 estimada	R\$350	Outubro de 2019	Não há
STE SE Santo Ângelo	Aquisição e instalação de 2 Cjs de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$49 estimada	R\$350	Outubro de 2019	Não há
ATE SE Assis	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$65 estimada	R\$400	Outubro de 2019	Não há
MAR SE Itabrito 2	I - Adequação do Módulo Geral com a implantação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra, arranjo Disjuntor e Meio, II - Extensão de Barramentos	Resolução Autorizativa ANEEL n 6.753/2017	R\$674	R\$5.565	Abril de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB n 134/2018
MIR SE Miracema	I - Adequação do módulo geral da Subestação Miracema II - Implantação de um módulo de interligação de barras, arranjo disjuntor e meio	Resolução Autorizativa ANEEL n 6.755/2017	R\$1.580	R\$12.635	Dezembro de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB n 127/2018.
ATE III SE Carajás	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$33 estimada	R\$235	Concluido em julho de 2018	Não há
ATE III SE Mariana,	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL n 5.861/2016	R\$35 estimada	R\$247	Concluido em julho de 2018	Não há

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Controladora				
Ratelo de antecipação e parcela de ajuste	32.874	11.177	8.754	
Provisão para participação nos lucros	15.235	5.180	4.141	
Provisão para fornecedores	21.829	7.422	1.537	
Provisão para parcela variável	4.882	1.660	2.562	
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	22.857	7.771	3.287	
Tributos com exigibilidade suspensa	10.124	3.442	2.519	
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	11.643	
Ajuste a valor de mercado – dívida	-	-	3.254	
Variação cambial - regime de caixa	32.023	10.888	-	
Total do ativo	47.540	37.697	12.894	
Variação cambial - regime de caixa	-	-	(12.894)	
Instrumentos Financeiros - derivativos	(29.853)	(10.150)	-	
Ajuste a valor de mercado –divida	(1.007)	(343)	-	
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(21.087)	(7.170)	(3.213)	
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(1.394.315)	(474.068)	-	
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	-	-	(458.228)	
Total do passivo	(491.731)	(474.335)	(474.335)	

	Crédito fiscal incorporado -ágio		Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2019	27.904	19.258	17.261	4.834	51.996	45.165		
2020	19.235	18.162	16.801	-	37.397	36.036		
2021	18.974	2.986	2.590	-	21.960	21.564		
2022	20.355	-	-	-	20.355	20.355		
2023	21.761	-	-	461	22.222	21.761		
2024 - 2026	74.784	10.887	10.888	-	85.671	85.672		
2027 - 2029	89.995	-	-	-	89.995	89.995		
2030 - 2032	46.101	-	-	-	46.101	46.101		
2033 – 2035	12.273	-	-	-	12.273	12.273		
2036 – 2038	6.121	-	-	-	6.121	6.121		
Total	337.503	51.293	47.540	5.295	394.091	385.043		

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização de créditos fiscais nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019. A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	286.886	275.109	213.875	217.338

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) e do CPC 47, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)			
Investimentos	31/12/2018	31/12/2017	
Controladas em conjunto	224.406	181.610	
Coligadas	1.688.537	1.599.325	
Consolidado	1.912.943	1.780.935	
Controladas	1.149.706	761.932	
Controladora	3.062.649	2.542.867	
Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018	31/12/2017	
Controladas em conjunto	25.900	10.829	
Coligadas	275.356	157.749	
Consolidado	301.256	168.578	
Controladas	180.543	74.932	
Controladora	481.799	243.510	

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	10.457.000	100%	100%
MAR	87.416.000	25.384.000	100%	100%
MIR	144.092.000	33.444.000	100%	100%
JAN	38.948.000	10.598.000	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	621.198	16.448	25.290	5.016	(7)	667.945
Dividendos adicionais propostos de 2016	(25.941)	-	-	-	-	(25.941)
Dividendos intercalares	(30.116)	-	-	-	-	(30.116)
Adição/baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	39.041	-	-	39.041
Aumento de capital	-	-	-	27.931	10.597	38.528
Equivalência patrimonial	65.673	7.569	2.776	(869)	(217)	74.932
Dividendos obrigatórios de 2017	-	(1.798)	(659)	-	-	(2.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	630.814	22.219	66.448	32.078	10.373	761.932
Adoção inicial CPC 47	-	25.963	36.833	28.634	6.818	98.248
Dividendos adicionais propostos de 2017	(16.701)	(1.305)	-	-	-	(18.006)
Dividendos intercalares	(12.508)	-	-	-	-	(12.508)
Dividendos obrigatórios de 2018	-	(540)	(3.544)	(18.417)	(4.991)	(27.492)
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(39.041)	-	-	(39.041)
Aumento de capital	-	-	62.032	115.648	28.350	206.030
Equivalência patrimonial	63.307	2.162	14.922	78.912	21.240	180.543
Saldos em 31 de dezembro de 2018	664.912	48.499	137.650	236.855	61.790	1.149.706

(*) Inclui a menos valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (Controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
SGT	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	540
MAR	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	3.544
MIR	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	18.417
JAN	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	4.991
Dividendos obrigatórios em 2018				
MAR	Integralização de capital (baixa de AFAC)	16/02/2018	AGE	27.492
Integralização de capital em 2018				
MAR	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	7.990
MAR	Aumento de capital	16/02/2018	AGE	54.042
MIR	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	55.650
MIR	Aumento de capital	21/12/2017	AGE	59.998
JAN	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	4.000
JAN	Aumento de capital	01/06/2018	AGE	24.350
Aumento de capital em 2018				
ATEIII	Dividendos intercalares em 2018	10/05/2018	AGE	12.508
Dividendos intercalares em 2018				
ATEIII	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	16.701
SGT	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	1.305
Dividendos adicionais propostos de 2017				
SGT	Dividendos obrigatórios de 2017	27/04/2018	AGO	1.798
MAR	Dividendos obrigatórios de 2017	27/04/2018	AGO	659
Dividendos obrigatórios em 2017				
ATE III	Dividendos intercalares em 2017	11/08/2017	AGE	12.475
ATE III	Dividendos intercalares em 2017	23/06/2017	AGE	17.641
Dividendos intercalares em 2017				
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	25.941
Aprovação de dividendos adicionais em 2017				
MIR	Aumento de capital	21/12/2017	AGE	10.397
MIR	Aumento de capital	31/07/2017	AGE	8.560
MIR	Aumento de capital	16/01/2017	AGE	8.974
JAN	Aumento de capital	01/06/2017	AGE	10.597
Aumento de capital em 2017				
MAR	Adiantamento para futuro aumento de capital	12/06/2016	RCA	39.041
Adiantamento para futuro aumento de capital em 2017				
39.041				

Redução de capital da ATEIII – em 19 de setembro de 2018 foi publicado no DOU o despacho Aneel nº 2.115/2018, que tratou da anuência para alterar o estatuto da Companhia visando a redução de seu capital social. A Companhia fez a redução no montante de R\$140.000, quando o capital social passou de R\$588.500 para R\$448.500. A redução foi aprovada na AGE de 06 de novembro de 2018 e permaneceu em processo de registro na JUCEFA, havendo o prazo de 60 (sessenta) dias para contestação dos acionistas. (Vide nota explicativa nº 28 – Eventos Subsequentes). A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,58%	52,58%
BRAS	191.052.000	191.052.000	38,66%	38,66%
Aimorés	22.900.000	7.600.000	50,00%	50,00%
Paraguaçu	29.700.000	10.300.000	50,00%	50,00%
Ivaí (ERB1)	45.000.000	18.000.000	50,00%	50,00%

Demais acionistas	
ETAU (*)	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
BRAS (*)	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés, Ivaí(ERB1) e Paraguaçu (**)	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

(*) Conforme comunicado ao mercado da Administração de 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a transferência para Eletrobrás holding de determinadas participações acionárias detidas pelas subsidiárias Eletrosul, Eletronorte e outras. Dentre as participações a serem transferidas para a Eletrobrás, incluem-se as controladas em conjunto ETAU (Eletrosul) e Brasnorte (Eletronorte). As transferências da participação da Eletronorte na Brasnorte, e da Eletrosul na ETAU, para Eletrobrás, foram anuídas pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. As transferências da Brasnorte e da ETAU foram concluídas em 16 de abril de 2018 e 04 de junho de 2018, respectivamente, mediante a assinatura do Termo de Transferência de Ações e Quitação. O Livro de Ações das respectivas investidas foi assinado em 04 de junho de 2018 e 29 de junho de 2018, respectivamente. (**)

Movimentação dos investimentos em coligadas	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	EDTE	Transleste	Transudeste	Transirapé	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	686.467	168.357	59.658	436.533	62.854	147.452	-	-	-	-	1.561.321
Dividendos adicionais propostos em 2016	(22.820)	-	(8.576)	(18.543)	(3.768)	(5.324)	-	-	-	-	(59.031)
Equivalência proporcional	74.845	11.393	2.501	40.965	9.167	17.980	-	314	237	347	157.749
Dividendos intercalares	(41.052)	-	-	(26.780)	(3.881)	(8.024)	-	(800)	-	-	(80.537)
Juros sobre capital próprio	(24.026)	-	-	(12.017)	-	(5.565)	-	-	-	-	(41.608)
Dividendos mínimos obrigatórios 2017	-	(3.486)	(1.812)	-	-	-	-	(1.302)	(940)	-	(7.540)
Aquisição de participação – caixa	-	-	-	-	-	-	-	18.089	13.904	24.095	56.088
Aquisição de participação – valor adicional	-	-	-	-	-	-	-	4.918	3.335	4.630	12.883
Saldos em 31 de dezembro de 2017	673.414	176.264	51.771	420.158	64.372	146.519	-	21.219	16.536	29.072	1.599.325
Adoção inicial do CPC 47	363	-	5.492	-	-	10.875	-	-	-	-	16.730
Aquisição de empresas	-	-	-	-	-	-	3.514	-	-	-	3.514
Equivalência patrimonial	123.963	13.200	8.837	77.705	8.112	24.846	1.708	5.914	4.500	6.571	275.356
Ajuste de PPA	-	-	-	-	-	-	-	7.562	2.566	-	(10.128)
Dividendos adicionais propostos em 2017	(21.923)	-	-	(31.646)	(3.648)	(4.261)	-	(3.405)	(1.932)	-	(66.815)
Aumento/redução de Capital	-	-	-	-	(6.584)	-	7.044	-	-	-	460
Dividendos Intercalares de 2018	(40.753)	-	-	(26.082)	(3.530)	(8.928)	-	-	-	-	(79.293)
JCP Propostos de 2018	(23.215)	-	-	(12.059)	--	(5.344)	-	-	-	-	(40.618)
Dividendos – baixa de reservas de lucros	-	(17.150)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.150)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.103)	-	-	-	-	(36)	-	(833)	(2.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	711.849	172.314	63.997	428.076	58.722	163.707	12.266	31.254	21.670	24.682	1.688.537

Em 14 de setembro de 2018 a AGE da ERB1 autorizou a alteração de sua denominação social, de ERB1 - Elétricas Reunidas do Brasil S.A para Interligação Elétrica Ivaí S.A ("Ivaí"). A JUCESP-Junta Comercial de São Paulo liberou o registro da AGE em 18 de dezembro de 2018. **Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto: Brasnorte:** • O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bipar. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bipar e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros. • A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à Taesa a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bipar a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes. • Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas. • As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. • O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado. **ETAU:** • A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações. • A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto. • Os acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente. • Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida. • No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas enviarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Paraguaçu, Aimorés e Ivaí (ERB1):** • A Paraguaçu, Aimorés e Ivaí (ERB1) terá um Conselho de Administração composto por até quatro membros e seus respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará dois membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Na hipótese em que qualquer dos Acionistas, passe a deter participação inferior a 40% do Capital Social da Sociedade, este Acionista passará a indicar 1 (um) conselheiro e seu respectivo suplente. O outro acionista, nesse cenário, indicará 3 (três) conselheiros e seus respectivos suplentes. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sempre que cada acion

Reforços, subestações e linhas de transmissão em fase de construção							
Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (a)	
Novas construções							
AIMORÉS							
LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 004/2017	R\$73.736	R\$341.118	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017.ADE da RFB nº 191/2017	
PARAGUAÇU							
LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 003/2017	R\$110.063	R\$505.595	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017. ADE da RFB nº 98/2017	
Ivaí (ERB1)							
Guaiara - Sarandi - CD, C1 e C2; LT Foz do Iguaçu - Guaiara - CD, C1 e C2; Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; Sarandi - Paranaval Norte, CD; Guaiara, SE Sarandi; SE Paranaval Norte	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 022/2017	R\$273.118	R\$1.936	Agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017, protocolada na RFB	
ESTE							
Mesquita - João Neiva 2; SE João Neiva 2	Implantação de linhas de transmissão e subestação	Contrato Concessão 019/2017	R\$104.300	R\$485.841	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 216/2017. ADE da RFB-SP nº 167/2017	
EDITE							
Ibicoara - Poções III; Poções III - Poções II CD, C1 e C2, 2 x 2,5 km; SE 500/230 kV Poções III - (3+1)res x 200 MVA	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 015/2018	R\$64.200	R\$367.948	Dezembro de 2019	Portaria MME nº 118/2017. ADE da RFB-SP nº 90/2017	
Reforço							
ETAU							
SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kV-50MVA	REA nº 6.281, que altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017, publicado no DOU em 12/04/2017.	R\$1.507	R\$10.273	Entrou em operação comercial em 16/09/2018	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017	

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2018	31/12/2017
ETAU	BNDES Finame Alston	Janeiro/2021	(g)	Taxa fixa 9,5%a.a.	160	233
	BNDES Finame Toshiba	Janeiro/2021	(g)	Taxa fixa 9,5%a.a.	1.872	2.743
	BNDES	Janeiro/2018	(b)	Cesta de moedas + 4,0% a.a. / TJLP + 4,0% a.a.	-	640
	BNDES Automático	Agosto/2021	(d)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	9.353	12.442
	BNDES Giro	Agosto/2023	(g)	TLP + 2,78%	10.379	-
	BNP Paribas	Dezembro/2019	(a)	108% do CDI	10.035	10.035

Coligadas diretas e indiretas				1.313.091	1.133.834
-------------------------------	--	--	--	-----------	-----------

Provisão para riscos	31/12/2018			31/12/2017		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	334	218	552	495	120	615
BRAS	216	-	216	216	-	216
Controladas em conjunto	550	218	768	711	120	831
EATE	-	176	176	-	185	185
ECTE	-	-	-	-	150	150
ERTE	-	34	34	-	-	-
Coligadas diretas	-	210	210	-	335	335

Passivos contingentes				31/12/2018			31/12/2017		
ETAU				132			152		
BRAS				5.147			5.147		
Controladas em conjunto				5.279			5.299		
EATE				13.245			2.331		
EBTE				785			790		
ENTE				755			5		
ERTE				-			43		
ETEP				7			657		
Coligadas diretas				14.792			3.828		
				20.071			9.125		
(iv) Receita Anual Permitida:									

Concessão	Ciclo 2018-2019 Resolução nº 2.408 de 26/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Ciclo 2017-2018 Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Ciclo 2016-2017 Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total

EBTE	48.313	(1.577)	46.736	46.005	(2.480)	43.525	44.400	(3.208)	41.197
ECTE	49.564	(1.659)	47.905	47.529	(4.954)	42.575	79.723	(6.839)	72.884
ETEP	51.228	(2.159)	49.069	56.367	(5.645)	50.722	96.563	(7.037)	89.526
ERTE	52.687	(1.851)	50.836	50.533	(2.972)	47.561	49.750	(3.642)	46.108
STC	45.238	(3.522)	41.716	43.982	(1.574)	42.408	41.522	(1.512)	40.010
Lumitrans	27.786	(917)	26.869	26.629	(1.553)	25.076	26.206	(1.918)	24.288
ESDE	13.471	(307)	13.164	13.097	(1.002)	12.095	12.640	(557)	12.083
ETSE	20.151	(2.292)	17.859	19.591	(1.229)	18.362	-	-	-
Transirapé	34.535	(1.173)	33.362	33.123	(1.585)	31.538	29.201	(1.412)	27.785
Transieste	42.543	(1.652)	40.891	40.804	(2.400)	38.404	40.172	(2.941)	37.233
Transudeste	26.369	(1.024)	25.345	25.291	(1.487)	23.804	24.899	(1.823)	23.076
TOTAL	948.046	(43.323)	904.723	1.054.201	(70.185)	984.016	1.156.422	(82.747)	1.073.675

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de Juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto						
1	OCF x Serviço de terceiros - "back-office" - ETAU	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes	Acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23/01/2018, que teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCF x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - ETAU	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Em virtude da postergação do prazo de energização do empreendimento, o contrato foi prorrogado até 30/11/2018 e foi acrescentado o valor de R\$374
3	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
4	Outras contas a pagar x Despesas Operacionais- BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / Juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes	Não houve
5	Comodato de imóvel - BRAS	Não possui valor	A partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
6	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - Alimores (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
Transações entre a Taesa e suas controladas						
7	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" -MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de aditamento

(*) Ativo de contrato de concessão
(**) Ativo financeiro de concessão

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
8	OCR x Outras receitas - Serviços de operação - ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retro-agindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/ setembro	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato
9	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$19 Valor mensal	05/05/2018 a 05/05/2019	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de renovação
10	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATEIII	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$19 Valor mensal	08/09/2014 a 08/09/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de renovação
12	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 08/09/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017

13	OCR x disponibilidades - CCI - JAN	R\$156 Valor mensal	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser reincluído em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes	Caso umas das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos
14	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - JAN	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve

Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
15	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT – CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias. Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Consolidado			
	Contratos e outras transações			
	Ativo		Receita	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações com controladas em conjunto				
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	63	67	837
2	Serviços de engenharia – Taesa x Etau	374	68	782
3	Reembolso de despesas Taesa x Etau	14	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	30	29	357
6	Reembolso de despesas Taesa x Almorés	-	1	-
Transações entre as controladas e empresas ligadas				
15	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	78	948	932
	481	243	2.924	2.302

(*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

R E F	Controladora			
	Contratos e outras transações			
	Ativo		Receita	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações com controladas em conjunto				
1	Serviços de "back-office" - Taesa x ETAU	63	67	837
2	Serviços de engenharia – Taesa x ETAU	374	68	782
3	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	14	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x BRAS	30	29	356
6	Reembolso de despesas Taesa x Almorés	-	1	-
Transações com controladas				
7	Serviços de "back-office" - Taesa x MAR	25	25	306
8	Serviços de operação - Taesa x ATE III	42	38	474
9	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	26	25	308
10	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	9	-	297
11	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	24	23	287
12	Serviços de "back-office" - Taesa x MIR	47	45	555
13	Compartilhamento de Instalações – CCI - Taesa x JAN	155	-	1.085
14	Reembolso de despesas Taesa x JAN	-	71	-
	809	321	5.061	3.174

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCF x Prestação de serviços "Data Center" - Ativas	R\$47 Valor mensal	29/09/2017 a 29/09/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato	O presente contrato poderá ser renovado por períodos maiores mediante a assinatura de termos aditivos
2	OCF x serviços prestados - desenvolvimento de projeto P&D - Axiom	R\$3.836 Valor total do contrato	29/08/2016 a 29/08/2018	Juros de 1% ao mês	Quando o outro Partcipe tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; por motivo de força maior ou caso fortuito entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato.	Não houve
3	OCF x serviços prestados - Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axiom	R\$1.318 Valor total do contrato	02/09/2016 - término indeterminado	Juros de 1% ao mês	Não houve	Não houve
4	OCF x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve	Não houve
5	OCF x Custo e Despesa – Prestação de serviços de engenharia - CEMIG GT	R\$236 Valor total do contrato	15/06/2016 a 15/02/2017	Multa de 0,01% a.d. com limite de 10%/ Atualização pelo IPCA	Descumprimento de qualquer das partes ou condição; atraso injustificado de qualquer parcela devida; falência, recuperação judicial e extrajudicial	Não houve.
6	OCF x Custo e Despesa – Prestação de serviços de engenharia - Leilão ANEEL CEMIG GT	R\$259 Valor total do contrato	14/11/2017 a 14/07/2018	Multa de 0,01% a.d. com limite de 10%/ Atualização pelo IPCA	Descumprimento de qualquer das partes ou condição; atraso injustificado de qualquer parcela devida; falência, recuperação judicial e extrajudicial	Não houve
7	OCF x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO e ATE) - CTEEP	R\$11 valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Multa de 2% Atualização pelo IGP-M	Não houve	Taxa de conservação poderá ser ajustada a qualquer tempo, de comum acordo, em caso de alteração significativa nos custos

Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
8	OCF x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal	Não houve
9	OCF x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2019	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM	Não houve
10	OCF x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial
Transações com controladas						
11	OCF x - reembolso de despesas - ATE III	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
Transações entre a Taesa e sua Controladora						
12	OCF X Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional -CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento	Não houve	Vide nota explicativa nº10 – Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. Não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado e não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Consolidado			
	Contratos e outras transações			
	Passivo		Custos e Despesas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações entre a Taesa e empresas ligadas				
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	46	600
2	Desenvolvimento de projeto de P&D - Taesa x Axiom	-	-	1.249
3	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axiom	-	-	411
4	Previdência privada – Taesa x Forluz – despesa	-	-	1.571
4	Previdência privada - Taesa x Forluz – custo	-	-	476
5	Serviços de engenharia - Leilão ANEEL 005/2016 - Taesa x CEMIG GT	-	-	256
6	Serviços de engenharia - Leilão ANEEL 002/2017 - Taesa x CEMIG GT	-	241	-
7	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ETEO) x CTEEP CCI	-	-	62
7	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	193
Transações entre as controladas e empresas ligadas				
8	Compartilhamento de instalações - CCI - SGT x CEMIG GT	4	4	49
9	O&M - SGT x CEMIG GT	-	40	566
10	CCI - MAR x CEMIG GT	-	-	210
Transações entre Taesa e sua controladora				
12	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X CEMIG	12.883	12.883	-
	12.887	13.214	3.928	5.576

R E F	Controladora			
	Contratos e outras transações		Passivo	Custos e Despesas
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações entre a Taesa e empresas ligadas				
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	46	600
2	Desenvolvimento de projeto de P&D - Taesa x Axiom	-	-	1.249
3	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axiom -	-	-	411
4	Previdência privada - Taesa x Forluz – despesa	-	-	410
4	Previdência privada - Taesa x Forluz – custo	-	-	123
5	Serviços de engenharia - Leilão ANEEL 005/2016 - Taesa x CEMIG GT	-	-	256
6	Serviços de engenharia - Leilão ANEEL 002/2017 - Taesa x CEMIG GT	-	241	-
7	Compartilhamento de instalações – CCI - Taesa (ETEO) x CTEEP CCI	-	-	62
7	Compartilhamento de instalações – CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	193
Transações com controladas				
11	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	-	1	-
Transações entre Taesa e sua controladora				
12	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X CEMIG	12.883	12.883	-
	12.883	13.171	1.799	4.727

II - Fundo de renda fixa – Pampulha - são classificadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários. A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	-	4.184	-	3.191	-	11,65%
Debêntures	CEMIG GT	25/10/2019	151% do CDI	4.222	-	2.434	-	9,66%	-
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	1.598	1.648	921	1.257	6,91%	10,69%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	-	815	-	622	-	14,22%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 4,25%	-	768	-	586	-	14,57%
Debêntures	CEMIG GT	24/10/2019	151% do CDI	4.225	-	2.436	-	9,66%	-
NC	LIGHT	22/01/2019	CDI +3,5%	1.139	3.273	656	2.496	10,12%	12,89%
				11.184	10.688	6.447	8.152		

III – Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	2017			Adição (a)		Recebimento		2018		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
Controladas em conjunto e coligadas										
ETAU	6.067	-	6.067	7.730	-	(13.704)	-	93	-	93
BRAS	2.131	-	2.131	4.645	-	(4.262)	-	2.514	-	2.514
EATE	-	-	-	62.676	23.215	(62.676)	(23.215)	-	-	-
EBTE	3.486	-	3.486	17.150	-	(20.636)	-	-	-	-
ECTE	4.773	-	4.773	2.103	-	(4.773)	-	2.103	-	2.103
ENTE	-	-	-	57.728	12.059	(57.728)	(12.059)	-	-	-
ERTE	-	-	-	7.178	-	(7.178)	-	-	-	-
ETEP	-	-	-	13.189	5.344	(13.189)	(5.344)	-	-	-
TRANSESTE	1.302	-	1.302	3.441	-	(4.706)	-	37	-	37
TRANSIRAPÉ	-	-	-	833	-	-	-	833	-	833
TRANSUDESTE	940	-	940	1.932	-	(2.872)	-	-	-	-
Consolidado	18.699	-	18.699	178.605	40.618	(191.724)	(40.618)	5.580	-	5.580
Controladas										
ATE III	-	-	-	29.209	-	(29.209)	-	-	-	-
SGT	3.786	-	3.786	1.845	-	-	-	5.631	-	5.631
MAR	806	-	806	3.544	-	-	-	4.350	-	4.350
MIR	-	-	-	18.417	-	-	-	18.417	-	18.417
JAN	-	-	-	4.991	-	-	-	4.991	-	4.991
Controladora	23.291	-	23.291	236.611	40.618	(220.933)	(40.618)	38.969	-	38.969

Dividendos e JCP a receber	2016			Adição (a)		Recebimento		2017		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
Controladas em conjunto e coligadas										
ETAU	10.770	-	10.770	11.325	-	(16.028)	-	6.067	-	6.067
BRAS	3.752	-	3.752	4.450	-	(6.071)	-	2.131	-	2.131
EATE	-	-	-	63.873	24.025	(63.873)	(24.025)	-	-	-
EBTE	3.254	-	3.254	3.487	-	(3.255)	-	3.486	-	3.486
ECTE	2.020	-	2.020	10.390	-	(7.637)	-	4.773	-	4.773
ENTE	-	-	-	45.323	12.016	(45.323)	(12.016)	-	-	-
ERTE	-	-	-	7.649	-	(7.649)	-	-	-	-
ETEP	-	-	-	13.347	5.565	(13.347)	(5.565)	-	-	-
TRANSESTE	-	-	-	2.102	-	(800)	-	1.302	-	1.302
TRANSESTE	-	-	-	940	-	-	-	940	-	940
Consolidado	19.796	-	19.796	162.886	41.606	(163.983)	(41.606)	18.699	-	18.699
Controladas										
ATE III	-	-	-	56.057	-	(56.057)	-	-	-	-
SGT	1.988	-	1.988	1.798	-	-	-	3.786	-	3.786
MAR	147	-	147	659	-	-	-	806	-	806
MIR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladora	21.931	-	21.931	221.400	41.606	(220.040)	(41.606)	23.291	-	23.291

proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas. **20.4.2. Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um “mix” apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e Financiamentos e nº 14 – Debêntures. **20.5. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o “swap” cambial sem caixa - US\$ versus CDI. As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

	“Swap” cambial Citibank - Repactuação - 11/05/2018	“Swap” cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nacional) em 31/12/2018	USD 98.592	
Valor de referência (nacional) em 31/12/2017	-	US\$ 94.340
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) ⁽ⁱ⁾ 1.17647	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽ⁱⁱ⁾ 1.17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	106,0% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	10/05/2023	20/09/2019
Ponta ativa em 31/12/2018	382.787	
Ponta passiva 31/12/2018	(352.934)	
“Swap” ativo (passivo) em 31/12/2018 ⁽²⁾	29.853	
“Swap” ativo (passivo) em 31/12/2017 ⁽²⁾		(48.790)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2018	29.853	
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2017		(34.243)
Valor justo em 31/12/2018	29.853	
Valor justo em 31/12/2017		(34.243)
Ganhos (perdas) 2018	24.145	15.377
Ganhos (perdas) 2017		(15.773)

(1) O fator 1,17647 representa o “gross up” do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros. (2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial. **20.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos:** A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2018 Anualizado
CDI (i)	6,50%	8,13%	9,75%	6,40%
IPCA (i)	3,85%	4,81%	5,78%	3,75%
Libor (ii)	2,6083%	3,2603%	3,9124%	2,7939%
PTAX - Dólar (i)	3,800%	4,750%	5,700%	3,874%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 08 de março de 2019. (ii) Conforme taxas divulgadas no “site” da Bloomberg em 08 de março de 2019.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/12/2018	Efeito no lucro antes dos impostos - 2019 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção - Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	822.987	823	14.197	27.570
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	292.996	(307)	(5.068)	(9.830)
- IPCA	2.607.855	(2.725)	(27.826)	(52.926)
		(2.209)	(18.697)	(35.186)
Sem proteção - Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	654.333	654	11.287	21.920
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	292.996	(307)	(5.068)	(9.830)
- IPCA	2.607.855	(2.725)	(27.826)	(52.926)
		(2.378)	(21.607)	(40.836)
Sem proteção – Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	382.787	(2.496)	(5.616)	(8.736)
- Dólar	382.787	19.403	(71.443)	(162.290)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	(382.787)	2.496	5.616	8.736
Ponta ativa - Dólar	(382.787)	(19.403)	71.443	162.290
Ponta passiva - CDI	352.934	(370)	(6.105)	(11.840)
Resultado líquido		(370)	(6.105)	(11.840)

20.7. Gestão do risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **20.8. Gestão do risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	-	9.392	506.725	2.038.221	520.695	3.075.033
Prefixada	828	1.654	7.387	30.075	37	39.981
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.706	20.346	120.450	-	146.502
Consolidado	828	16.752	534.458	2.188.746	520.732	3.261.516
Pós-fixada	-	9.392	506.725	2.038.221	520.695	3.075.033
Prefixada	605	1.208	5.394	22.452	37	29.696
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.706	20.346	120.450	-	146.502
Controladora	605	16.306	532.465	2.181.123	520.732	3.251.231

20.9. Gestão dos riscos operacionais: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Risco de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderiam resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dada a dependência de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco técnico** - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indenizações em suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). **Risco de contencioso** - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro. **20.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos** Os diferentes níveis foram determinados conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2018. **20.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Empréstimos e financiamentos	14	382.787	321.718	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	(29.853)	34.243	Nível 2
Passivos financeiros		352.934	355.961	

20.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo): Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	7	-	-	5.234.481	6.084.647	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	15	2.879.424	2.927.641	2.636.396	2.604.585	Nível 2
Controladora						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	7	-	-	4.463.737	5.297.281	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	15	2.879.424	2.927.641	2.636.396	2.604.585	Nível 2

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

21. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora	
	2018	2017
Lucro do exercício	1.071.305	648.285
Lucro do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	612.324	370.539
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Lucro do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	458.981	277.746
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (**)	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	1,03658	0,62727
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	1,03658	0,62727

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração do ativo financeiro de concessão	-	576.548	-	527.263
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(23.152)	-	-	(38.449)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	507.547	-	465.798	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	347.204	-	326.064	-
Operação e manutenção	573.088	554.481	529.897	512.019
Construção e indenização	415.403	88.845	94.979	7.308
Parcela variável (a)	(20.264)	(9.028)	(15.873)	(8.944)
Outras receitas	(14.685)	25.900	(11.019)	25.612
Receita operacional bruta	1.808.293	1.213.594	1.389.846	1.024.809
PIS e COFINS correntes	(85.620)	(88.409)	(73.496)	(77.135)
PIS e COFINS diferidos	(7.146)	33.056	3.463	33.675
ISS	(205)	(159)	(205)	(159)
Encargos setoriais (b)	(80.085)	(81.023)	(75.047)	(75.590)
Deduções da receita	(173.056)	(136.535)	(145.285)	(119.609)
Receita operacional líquida	1.635.237	1.077.059	1.244.561	905.200

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	1.808.293	1.213.594	1.389.846	1.024.809
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(105.736)	458.909	(95.935)	467.173
Receita operacional bruta tributável	1.702.557	1.672.503	1.293.911	1.491.982

23. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração direta	(65.600)	(63.754)	(63.573)	(61.552)
Benefícios	(34.607)	(31.662)	(32.700)	(30.113)
FGTS e INSS	(23.345)	(23.745)	(22.508)	(22.851)
Pessoal	(123.552)	(119.161)	(118.781)	(114.516)
Materiais e serviços de engenharia	(281.116)	(119.271)	(109.152)	(37.586)
Serviços de terceiros	(57.607)	(52.664)	(53.089)	(49.513)
Depreciação e amortização	(6.400)	(3.926)	(6.400)	(3.926)
Outros custos e despesas operacionais	(37.963)	(24.355)	(36.215)	(22.473)
Total custos e despesas	(506.638)	(319.377)	(323.637)	(228.014)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: **Custos com serviços de terceiros:** custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia. **Custos com materiais:** custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão. **Outros custos operacionais:** custos com alugueis, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens. **Despesas com serviços de terceiros:** despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, alugueis, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Rendimentos de aplicação financeira	62.913	69.753	53.203	62.705
Receitas financeiras	62.913	69.753	53.203	62.705
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Juros incorridos	(14.424)	(13.069)	(14.148)	(12.730)
- Variação cambial	(54.853)	(4.613)	(54.853)	(4.613)
- Ajuste ao valor justo	10.575	21	10.575	21
	(58.702)	(17.661)	(58.426)	(17.322)

<i>Debêntures</i>				
- Juros incorridos	(150.656)	(193.146)	(150.656)	(193.146)
- Variações monetárias	(96.541)	(57.048)	(96.541)	(57.048)
	(247.197)	(250.194)	(247.197)	(250.194)

<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>				
- Juros incorridos	(10.717)	(26.788)	(10.717)	(26.788)
- Variação cambial	54.853	4.613	54.853	4.613
- Ajuste ao valor justo	(4.614)	6.402	(4.614)	6.402
	39.522	(15.773)	39.522	(15.773)

Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(266.377)	(283.628)	(266.101)	(283.289)
<i>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</i>	<i>(7.723)</i>	<i>(8.721)</i>	<i>(8.487)</i>	<i>(8.103)</i>
Despesas financeiras	(274.100)	(292.349)	(274.588)	(291.392)
	(211.187)	(222.596)	(221.385)	(228.687)

Despesas financeiras atreladas as dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Juros incorridos	(175.797)	(233.003)	(175.521)	(232.611)
Variação monetária	(96.541)	(57.048)	(96.541)	(57.048)
Ajuste ao valor justo	5.961	6.423	5.961	6.423
	(266.377)	(283.628)	(266.101)	(283.236)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e respectivos documentos complementares.	Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes, pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e respectivos documentos complementares.	Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) infra-assinados, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, nº 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a decisão da Diretoria da Companhia de 21 de março de 2019, examinaram o Relatório da Administração e, os demais documentos que compõem as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do parecer dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da Administração para destinação do Resultado do exercício social de 2018. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e de seus auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e legislação subsequente.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.	Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.	Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.
Raul Lycurgo Leite - Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório	Raul Lycurgo Leite - Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório	Helvécio Miranda Magalhães Junior - Membro titular
Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Marco Antônio de Rezende Teixeira - Membro titular
Marco Antônio Resende Faria - Diretor Técnico	Marco Antônio Resende Faria - Diretor Técnico	Manuel Domingues de Jesus e Pinho - Membro titular
José Aloise Ragone Filho - Diretor de Desenvolvimento de Negócios	José Aloise Ragone Filho - Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Marcello Joaquim Pacheco - Membro titular
		Ronald Gastão Andrade Reis - Membro suplente
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS		

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer):** Chamamos a atenção para a nota 3.19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) nos montantes de R\$ 4.285.413 mil e R\$ 5.456.094 mil na controladora e consolidado, respectivamente, e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$113.400 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota 3.4, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 4.285.413 mil e R\$ 5.456.094 mil, para a controladora e consolidado, respectivamente. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; (iii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabi-

lidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.